

Javier Alejandro Lifschitz

A presença dos ausentes

Identities arcaicas em cenários contemporâneos

contra
CAIPA

C
s
E
n
C
r
E
ta
dr
cl
de
en
re
ses
São
cha
lon
de
por
em
rica
per
quac
tura

copyright © 2016, Javier Alejandro Lifschitz

Capa

Ruth Freihof | Passaredo Design

Projeto gráfico e diagramação

Letra e Imagem

Preparação

Contra Capa

Revisão

João Sette Câmara e Diogo Henriques

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Lifschitz, Javier Alejandro

A presença dos ausentes : identidades arcaicas em cenários contemporâneos /
Javier Alejandro Lifschitz. - Rio de Janeiro : Contra Capa, 2016.
224 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7740-201-4

1. Sociologia - Portugal. 2. Antropologia. 3. Portugal - História. I. Título. II.
Lifschitz, Javier Alejandro

CDD 301

2016

Todos os direitos desta edição reservados à

Contra Capa Editora

atendimento@contracapa.com.br

www.contracapa.com.br

Rua de Santana, 198 | Centro

20230-261 | Rio de Janeiro - RJ

Tel (55 21) 9764.0533 | Fax (55 21) 2507.9448

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
I. Aldeias históricas de Portugal	
Identidades arcaicas em cenários contemporâneos	19
Epifanias romanas	24
As adufeiras e a cena primitiva	31
Os templários sempre retornam	39
Os criptojudeus de Belmonte	47
Além das Aldeias Históricas	53
II. Entrevistas	
João Ferrão	63
José Manuel Sobral	89
Miguel Vale de Almeida	113
Joaquim Pais de Brito	137
João Leal	165
Maria João Mogarro	185
Marta Silva	197
<i>Sobre os entrevistados</i>	221



Fotografias de arquivo do Museu do Bordado e do Barro, Nisa.

II Entrevistas

João Ferrão

Professor João Ferrão, gostaria que você falasse sobre esse fenômeno do despovoamento das aldeias em Portugal, que vocês apelidam de desertificação.

Então, eu primeiro queria fazer uma distinção, porque para nós, geógrafos, desertificação e despovoamento são duas coisas completamente diferentes. Ao nível do discurso mediático, e mesmo do discurso da opinião pública, as pessoas utilizam a palavra desertificação com o sentido de despovoamento. A distinção é importante por quê? Primeiro porque desertificação é uma questão climática e despovoamento é uma questão demográfica, mas sucede que em algumas áreas em Portugal existe uma incidência dos dois problemas: desertificação e despovoamento. A desertificação, enquanto fator climático, é um fator adicional que provoca o despovoamento. Isto é verdade em algumas áreas do Alentejo, no Sul, mas não é tão verdade na região central do país. A desertificação significa – e agora acrescentando a questão das mudanças climáticas – menos precipitação ao longo do ano, temperaturas mais altas, solos mais pobres, impossibilidade de produzir produtos agrícolas que antes eram produzidos, e portanto a desertificação acaba por ter uma influência nas atividades agrícolas.

Em quais regiões de Portugal há de fato desertificação?

Por exemplo, em todo o vale do Guadiana.

É um efeito baseado nas mudanças climáticas?

Sim. Há estudos sobre isso, há vários relatórios sobre isso. A mudança climática é um fator adicional – não é um fator principal, mas um fator adicional – que juntamente com os outros aumenta ainda mais a tendência para o despovoamento. Bom, certas áreas do país, como a cordilheira central, estão a perder população sistematicamente desde os anos 30. A cordilheira central é a Serra da Estrela, Pampilhosa da Serra... O exemplo de Pampilhosa da Serra, por exemplo: perde população sistematicamente desde os anos 30 e 40. Mas o despovoamento do que hoje chamamos de interior era um conceito que não existia antes dos anos 60; antes dos anos 60 não se falava do interior.

E essa região como se denominava?

Não tinha uma denominação. Porque a grande clivagem em Portugal era a clivagem Norte-Sul, que era uma clivagem geográfica; era uma clivagem religiosa; era uma clivagem cultural. Recém nos anos 60, com o processo de modernização, surge a clivagem litoral-interior. Com o litoral a ser a área de modernização, de urbanização e de industrialização e com a área que se passou a chamar interior a ser a área que se mantinha subdesenvolvida, que mantinha níveis de infraestruturas e de equipamentos muito precários, e desde onde as pessoas começam a emigrar. A grande onda de emigração nos anos 60 afeta sobretudo o chamado interior, aquilo que se passou a chamar o interior. Estavam a perder população desde os anos 30 ou 40, mas de forma generalizada o despovoamento do interior é a face negativa da modernização do país. O interior, o despovoamento do interior faz-se em duas direções: emigração para o estrangeiro e vinda para as grandes cidades.

Um duplo efeito...

Sim, uma dupla saída. Para as grandes cidades porque eram as cidades que estavam a modernizar-se do ponto de vista industrial, e do ponto de vista das atividades serviços. E portanto a partir dos anos 60 começa esse fenómeno de despovoamento que é um fenómeno estrutural do “não desenvolvimento” – é uma consequência desse “não desenvolvimento” – e que depois se vai confrontar com o seguinte: a seguir ao 25 de Abril, com a democratização e com o poder local democrático há uma melhoria muito grande do ponto de vista das infraestruturas e dos equipamentos. Com a entrada de Portugal na então Comunidade Europeia, e com a vinda de muitos fundos comunitários, a capacidade do poder local de intervir aumentou muito e portanto houve uma grande melhoria, uma melhoria ainda maior do ponto de vista das infraestruturas, do ponto de vista dos equipamentos, do ponto de vista também de atividades culturais, do ponto de vista das mobilidades. Isso melhorou muito a qualidade de vida de todo o interior, mas não foi suficiente para inverter a tendência para perder população.

Esses recursos da Comunidade Económica Europeia são geridos pelas comunidades locais?

Uma parte é, porque há programas nacionais e programas regionais, e na parte dos programas regionais quem se candidata são as autarquias locais.

As autarquias tinham gestão sobre os recursos?

Sim. E é preciso dizer que foi muito dinheiro. Fundamentalmente infraestruturas, equipamentos, mas também atividades de natureza cultural. Infraestruturas de todo o tipo, equipamentos também de todo o tipo, educação, saúde, cultura etc. etc. E portanto o país melhorou muito, todo o país, portanto todo o interior melhorou muito do ponto de vista da qualidade de vida e das condições sociais; o país ficou mais

homogêneo do ponto de vista da coesão social. Mas isso não foi suficiente para evitar que ao mesmo tempo que o país ficava mais homogêneo do ponto de vista social, ficasse mais heterogêneo do ponto de vista econômico. Portanto o interior sempre teve essa tensão – resolveu de fato os problemas de infraestruturas, de equipamentos, de qualidade de vida, mas nunca conseguiu resolver o problema do emprego e da modernização econômica. Esse despovoamento – que se verifica a partir dos anos 60 – teve, apesar de tudo, algumas contracorrentes. Uma foi o regresso daquilo que nós chamamos os “retornados”, isto é, os portugueses que retornam com a independência das colônias.

Retornavam às aldeias?

Sim, às aldeias ou às sedes dos municípios.

Esse retorno foi significativo?

Muito significativo. Estamos a falar de 600 mil pessoas que regressaram a Portugal, desses 600 mil provavelmente um pouco mais de metade foi para o interior. Essas pessoas tinham que refazer a sua vida e portanto foram obrigadas a investir, a criar novas atividades para poder sobreviver. Alguns eram funcionários públicos, mas muitos não eram. E portanto essa foi uma contracorrente. Depois houve uma contracorrente nos anos 80 onde houve algum regresso de emigrantes que tinham emigrado nos anos 60 e que fizeram sua vida ativa sobretudo em países europeus, em França, na Suíça, em Luxemburgo, na Alemanha, e alguns deles regressaram.

Eram trabalhadores de baixa formação técnica?

Sim, porque o nível de qualificação das pessoas que emigraram era muito baixo. O que acontece é que, quando regressam, eles têm poder de compra. Quando voltam às suas aldeias reconstróem as suas casas, ou constroem novas casas, e isso é um aumento do poder de compra local,

que dinamiza a construção civil, dinamiza o comércio. Alguns são reformados – são uma minoria – outros regressam, e, como têm contatos profissionais nos países para onde emigraram, vão muitas vezes tentar replicar em Portugal o tipo de atividade que faziam lá. Portanto isso introduz alguma modernização. O impacto sobretudo é significativo em alguns lugares, mas globalmente não é suficiente para inverter a tendência de despovoamento. E depois há ainda uma outra componente que é a de estrangeiros que vieram para Portugal e se localizaram no interior. São uma minoria, mas apesar de tudo também tiveram a sua importância e têm características muito diferentes. Eu poderia considerar pelo menos dois tipos. Uns são os “neorrurais”. Isto é, estrangeiros um pouco alternativos que vêm para Portugal, vão viver para as aldeias, ajudam a reabilitar as aldeias, mantêm um certo estilo alternativo, introduzem culturas alternativas.

Uma classe média alternativa, digamos assim?

Sim, claro. Uma classe média que vem para aqui porque é um país com sol, é um país barato. Apesar de tudo dinamizaram e alguns investiram na agricultura e contribuíram – por exemplo migrantes da Holanda, onde há muito pouco solo, houve agricultores que vieram para Portugal, compraram propriedades grandes e modernizaram essas propriedades. Aí era uma mistura de estilo alternativo mas orientado para o mercado.

Esse tipo de migrantes instalaram-se em alguma região específica?

Há algumas aldeias relativamente perto de Coimbra onde nós temos esse exemplo de comunidades alternativas mas muito comunitárias, dinamizadas por estrangeiros. Mas no Alentejo há propriedades grandes que foram modernizadas, introduziram novas culturas para exportação, também por estrangeiros. E depois, dentro daqueles que vieram do estrangeiro ainda há uma outra componente, que é muito diferente mas

que também foi significativa, nalgumas áreas – sobretudo no Alentejo – que foram os imigrantes de Leste, nomeadamente ucranianos. Porque eram qualificados no país de origem – muitos eram engenheiros e médicos e vieram procurar trabalho a Portugal. Eram trabalhos pouco valorizados no país de origem e que tiveram vantagens ao migrar por terem uma formação muito acima da maior parte das pessoas.

Isso na construção civil?

Construção civil, pequenas fábricas de metal-mecânica em que surpreendentemente vamos ter pessoas, com uma formação de engenharia, a fazerem trabalhos que antes eram feitos por portugueses completamente desqualificados.

Em que época veio esse fluxo de migrantes de Europa do Leste?

Vem nos anos 90. Portanto houve o fluxo dos retornados, houve o fluxo dos portugueses emigrantes que retornaram, e houve o fluxo dos imigrantes estrangeiros que vieram para Portugal; tudo isto foi importante, mas tudo isto não foi suficiente para inverter essa tendência para o despovoamento. Agora a tendência para o despovoamento é acompanhada por uma outra tendência que é muito importante, que é a tendência para a concentração territorial. Ou seja, aquilo que nós chamamos de cidades médias, que em Portugal têm 20, 30, 40 mil habitantes, cresceram todas. Portanto o despovoamento do conjunto do interior foi acompanhado por uma maior concentração: concentração nas cidades médias, concentração na maior parte das sedes de concelho. Portanto, para além daquele movimento que nós tivemos nos anos 60, nos anos 70, de emigração para o estrangeiro e para as cidades do litoral, nós tivemos depois uma migração das áreas rurais para as áreas urbanas. E isso é importante, porque há uma certa massa crítica que as cidades médias hoje têm que anteriormente não tinham.

O que é que isso implicou em termos da dinâmica cultural?

Bom, para já houve um fator muito importante que foi, a partir dos anos 80, o fato de que todas essas cidades médias passaram a ter oferta de ensino superior. Hoje, todas essas cidades médias – portanto estou a falar de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Évora, estou a falar deste tipo de cidades – aproximadamente 20% da população que vive nessas cidades são estudantes. Então é interessante do ponto de vista do consumo; interessante do ponto de vista da inovação; interessante do ponto de vista de criar contatos das pessoas dessas cidades com o mundo externo, são um fator importante de abertura ao exterior.

A entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia teve que se atrelar – como condição negociada – ao abandono de uma parte importante da agricultura e da pesca, em prol de países considerados mais competitivos. Quais foram as implicações deste tipo de acordo para a vida das aldeias, para a vida do interior?

Bom, nós temos que diferenciar o interior de pequena e média propriedade e o interior de grande propriedade. O Alentejo tem características completamente diferentes, nós não podemos falar das aldeias do Alentejo da mesma forma que falamos das aldeias da Beira Interior. Depois, a PAC – a Política Agrícola Comum – valorizou determinados produtos em detrimento de outros. E portanto áreas com determinados produtos acabaram por ser ou valorizadas ou penalizadas, não pelas suas características, mas pelo tipos de produtos em que estavam especializadas. Portanto não podemos também generalizar. Áreas da vinha, áreas de olival, ou áreas produtoras de leite, para dar três exemplos, são áreas que se beneficiaram muito. Agora, as áreas com pequena propriedade, com famílias camponesas muito pobres que não tinham acesso aos fundos da Política Agrícola Comum, claro que foram muito penalizadas.

Foram beneficiadas toda a região do Douro, toda a região de produção de vinho?

Sim, exatamente, e também – direta ou indiretamente – áreas de grande produção florestal. Às vezes de maneira indireta, mas áreas de grande exploração florestal.

Então somente beneficiaram-se as regiões precisamente mais ricas?

Paradoxalmente – e isso não foi por acaso – as áreas rurais do litoral urbano industrial. Mas também tem áreas rurais, essas áreas rurais que têm uma produção agrícola mais intensiva, mais moderna, com maior capacidade de se candidatar e de gerir todos os procedimentos burocráticos etc., foram essas áreas que se beneficiaram mais. Estávamos a dizer, o Vale do Douro, grande parte do Alentejo, ou mesmo outras áreas onde havia propriedade média, média-grande, cujos proprietários são pessoas com um nível de educação mais elevado, com uma capacidade de rendimento mais elevada, e portanto aconteceu aquilo que acontece muitas vezes, que é os mais ricos tornarem-se mais ricos, porque têm mais acesso à informação, têm mais conhecimento, e acabam por retirar mais proveito da política agrícola comum do que os outros que têm uma tradição de assalariado, ou têm uma tradição de pequenos camponeses e portanto têm dificuldade, não produzem aquilo que o mercado valoriza.

E esse é o ponto central do PAC, não? Agora, a entrada na Comunidade Econômica reforçou o despovoamento das aldeias?

Talvez possamos pôr as coisas de uma forma um bocadinho diferente: o problema essencial aqui é a capacidade de criar emprego. E muitos municípios do interior, exatamente porque não havia criação de emprego, quer agrícola quer industrial, estavam muito dependentes do emprego público. E por sua vez o emprego público era sobretudo local. Havia municípios onde a autarquia era responsável – direta ou indiretamente – por 30 ou 40% do emprego total do município, o que é uma situação

de uma vulnerabilidade enorme. E verificamos agora com a crise que as autarquias têm imensos problemas, a própria autarquia é obrigada, até pelo governo, a limitar as suas despesas e a limitar o número de funcionários. Portanto se a autarquia tinha 30 ou 40% do emprego do município, isso significa uma restrição fortíssima. Portanto aqui a questão central é a criação de emprego.

Ou seja, as aldeias dependiam em grande parte do emprego público.

E houve uma questão que eu acho que merece uma discussão que é difícil. Houve um divórcio – do meu ponto de vista – que se compreende, mas que hoje se revelou negativo, entre uma política de coesão social e uma política de competitividade. Como estas duas políticas eram separadas, o que aconteceu é que com a crise isto se revelou dramático. Criar melhores infraestruturas, melhores equipamentos, melhor mobilidade, tudo isso é fundamental. Mas se isto não é acompanhado pela dinamização da economia, numa situação de crise, estas áreas são de uma extrema vulnerabilidade, porque elas na verdade sobreviviam muito com base no setor público, direta ou indiretamente. Era sempre o setor público, sobretudo o setor público local, que estava a dinamizar, numa ótica que não era verdadeiramente de mercado, mas estava a dinamizar determinado tipo de atividades. No contexto de crise, essa capacidade de dinamizar desaparece e portanto fica-se numa situação de extrema vulnerabilidade.

Portugal entra na Comunidade Econômica Europeia, e quase no mesmo momento começam a desenvolver-se programas de desenvolvimento local. Qual é o balanço dessas políticas de desenvolvimento local?

Bom, não é fácil responder. Vou começar por um aspecto diferente: é curioso que as associações de desenvolvimento local nunca tenha tido um interlocutor em qualquer ministério. Por exemplo, sempre houve

uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, ou há as Secretarias da Agricultura, ou do Comércio. Mas quem trabalha em desenvolvimento local não tem um interlocutor a nível dos ministérios. Isso é muito interessante, porque isso significa que a concepção dominante a nível político sempre foi – mesmo que nunca o digam – que o desenvolvimento local é sobretudo uma tarefa das autarquias locais.

Algo que é de responsabilidade exclusiva do poder público local.

Do poder público local, exatamente. E – como estávamos a referir há pouco – sempre houve uma relação muito ambígua entre o poder público local e as organizações não governamentais de desenvolvimento local. Nuns casos são uma extensão instrumental da autarquia e noutros casos têm grande dificuldade em coexistir com a autarquia, porque a autarquia tende a dominar tudo aquilo que é desenvolvimento local, aquilo que se considera ser desenvolvimento local.

Inclusive na dimensão cultural, nas aldeias históricas?

Sim, claro, claro. Há muitos exemplos – em quase todos os municípios – há estes exemplos da autarquia onde o poder público local domina completamente as organizações não governamentais. Há uma para a cultura, outra para o ambiente, outra para o desenvolvimento local. Ou então há uma relação muito conflituosa.

Porque a política de fortalecimento do desenvolvimento local implica ao Estado distribuir recursos para essas organizações, o que cria uma estrutura económico-institucional muito singular.

Claro, uma situação de dependência muito grande.

E suponho que um clientelismo também muito forte, não?

Fortíssimo. O que acontece é que o projeto político da União Europeia e a globalização criaram condições para que, por exemplo, organizações

não governamentais sejam hoje mais autónomas dos poderes locais. Porque têm acesso a outras redes, têm acesso a outro conhecimento, têm acesso a contatos que são privilegiados e que as autarquias muitas vezes não têm e muitas vezes precisam deles. Muitas vezes as pessoas das ONGs têm bons contatos nas universidades e as autarquias não têm.

Porque a lógica do cacique local não é precisamente uma lógica de rede.

Justamente, justamente, e portanto o que eu queria dizer é: estas organizações locais que estão bem inseridas em redes são um contrapoder em relação ao clientelismo.

Agora, com a crise económica, essas redes se veem desfavorecidas, não? Os recursos circulam menos, os financiamentos param.

Sim, isso significa que nalguns casos a capacidade da autarquia de condicionar a ONG diminuiu. Porque a autarquia está hoje mais limitada do ponto de vista financeiro e as ONGs são mais flexíveis e podem concorrer a outras fontes de financiamento. Isso é interessante porque altera as relações de poder.

Agora, além das autarquias locais, que outros atores importantes temos na dinâmica das aldeias?

Ah, bom, a importância tem que ser aferida a partir de critérios diferentes. Há algumas aldeias onde ainda se mantém alguma tradição comunitária, no sentido em que as pessoas se organizam para resolver determinados problemas. Mas esta tradição comunitária, que foi um pouco reforçada com o regresso dos emigrantes – que sempre tiveram uma ligação muito forte à aldeia – essa memória comunitária, com o tempo, centrou-se muito em duas coisas: ou organizar festividades, a festa do ano, a festa do verão; ou pontualmente reagir contra qualquer problema que surgiu. E limita-se um pouco a isso. As pessoas da comunidade organizam-se entre si

e atuam como uma comunidade por questões de festividade ou num momento pontual para reagir contra um problema qualquer, e depois essa dinâmica desaparece. A igreja continua a ser muito importante, porque os padres nas aldeias continuam a influenciar a opinião das pessoas. No Sul a tradição religiosa não é muito forte, mas no Norte isso é muito forte e inclusive há padres que são responsáveis de organizações não governamentais. Isso é uma coisa muito curiosa que levanta um outro problema: em áreas subdesenvolvidas, os protagonistas com capacidade de influenciar são poucos, e muitas vezes é o mesmo protagonista. O presidente da câmara, o presidente da organização não governamental e o padre podem ser a mesma pessoa. Nós temos reuniões e muitas vezes a mesma pessoa aparece com funções diferentes. Há uma história curiosa que se conta que é real: um presidente da câmara recebeu uma carta do presidente do clube desportivo local a pedir-lhe apoio, e o presidente da câmara negou esse apoio. Mas o curioso é que a carta do clube desportivo era assinada pelo presidente da câmara, porque ele era também presidente do clube desportivo. Mas como presidente da câmara foi obrigado a recusar porque não tinha dinheiro! Bom, isto é uma caricatura, mas esse é um problema real. A falta de protagonistas significa que não há uma diferenciação suficiente de protagonismos, de visões, de interesses, que enriqueçam até o debate e as soluções encontradas. Se são as mesmas pessoas que decidem sobre tudo, as interdependências, ou melhor, as dependências, aumentam exponencialmente.

Após o desenvolvimento local, que tipo de política se implementou no interior?

A partir de certa altura, quer a nível das políticas, quer a nível académico, entrou muito forte a ideia da multifuncionalidade das áreas rurais. E começou-se a falar inclusive do rural pós-agrícola. Bom, hoje já se é mais cuidadoso, porque voltou outra vez a questão agrícola, por várias razões, inclusive também por causa da crise. Portanto houve a certa altura um

discurso pós-moderno sobre o rural pós-agrícola. Hoje já não há esse discurso, mas ficou a ideia de que o mundo rural é um mundo multifuncional.

Essa ideia de um mundo rural multifuncional foi só em Portugal ou se expandiu pela Europa como um todo?

É global, faz parte de um discurso que é internacional, que é europeu, e que entrou tanto nas políticas como na academia. Portanto esta ideia de que o mundo rural é multifuncional. E se é multifuncional, o multifuncional não significa apenas que tem várias funções, significa que essas várias funções se devem complementar entre si. E portanto a atividade agrícola mais a atividade do turismo rural, mais a atividade das festividades culturais, tudo isto se deve complementar entre si para ganhar dimensão, para ganhar força.

Tinha-se como expectativa evitar o despovoamento?

Há dois discursos. Há um discurso da multifuncionalidade a partir de uma visão de valorização dos recursos endógenos e há um discurso da multifuncionalidade ligada a uma visão de competitividade e de atração de investimento externo.

Você quer dizer turistas?

Exatamente. E estes dois discursos coexistem de forma mais ou menos pacífica. E na verdade as pessoas descobrem que cada um deles isoladamente não tem sentido. Isto é, não tem sentido um discurso autocentrado apenas baseado nas pessoas que vivem nas regiões, mas também não tem sentido um discurso que é predador, que ignora as pessoas que lá vivem e que está exclusivamente orientado para o exterior. Portanto hoje se calhar a questão é ver em que medida esse conceito de rural multifuncional tem que integrar a componente endógena e a componente exógena de uma forma relativamente virtuosa para que possa haver ganhos reais para as populações do local.

Esses fluxos de turismo nas aldeias chegaram a consolidar-se?

Bom, não se pode falar de forma generalizada, eu acho que há aqui duas questões. Uma é: até que ponto se generalizaram essas iniciativas. O segundo ponto é: nas áreas onde há essas iniciativas, que resultados tem havido. São duas questões diferentes. A primeira é até que ponto se realizaram essas iniciativas. E eu penso que a nível do discurso, da narrativa, esse discurso é universal. Toda a gente diz o mesmo, toda a gente. Ao nível da concretização, depende muito dos protagonistas locais. E o que se verifica em termos genéricos é que onde existem protagonistas ou políticos da sociedade civil e empresariais fortes, houve uma maior concretização dessa narrativa, digamos, mas foi muito pontual. Muitas vezes são de fato pessoas que sendo de fora foram viver para a região. Eu há uns quinze anos fiz um estudo sobre inovação numa área do interior do Alentejo, junto à fronteira. E fui ver quem eram as pessoas que tinham inovado, quem eram os empresários que tinham inovado nos últimos cinco anos. E no início eu tinha dificuldade em perceber o que é que essas pessoas tinham em comum, porque havia homens, havia mulheres, havia jovens qualificados. E de repente percebi que o que fazia a diferença era que todos eles ou eram de fora ou tinham vivido fora em algum momento da sua vida. Ou seja, a questão fundamental da inovação tem a ver com a capacidade de sair do mundo rural, que era muito autocentrado, e as pessoas entrarem em redes. Entrarem em redes de inovação, entrarem em redes de conhecimento, podem ser redes de ONGs, podem ser redes empresariais, podem ser redes com as universidades, podem ser redes com as autarquias, mas abrir, ter uma visão aberta. E portanto mais uma vez voltamos à questão dos protagonistas, isto é; em regiões subdesenvolvidas, e agora sobretudo num contexto de crise, os protagonistas individuais contam muito, mais do que as dinâmicas coletivas. Agora contam sobretudo quando esses protagonistas individuais criam dinâmicas coletivas. Mas a criação de dinâmicas coletivas está sempre muito dependente de dinâmicas individuais.

Da projeção de uma presença...

Sim. E quando nós vamos ver casos dinâmicos e vamos reconstituir o processo, nós encontramos sempre duas, três ou quatro pessoas que foram decisivas para desencadear esse processo.

É, por exemplo, o caso de Mértola, em que um professor da universidade decide ir atrás de recursos para realizar escavações arqueológicas.

É, o Cláudio Torres garantiu muitas ligações com universidades de toda a bacia do mediterrâneo, nomeadamente do Norte de África. Isso também é interessante, nós estamos sempre muito voltados para a Europa, ele voltou para o Norte de África. Todos os casos são assim. Mas lá encontrou também um presidente da câmara que percebeu a importância daquela iniciativa.

Muitos casos são assim?

Sim, são assim, com protagonistas fortes, que se associam, que trabalham em conjunto para desenvolver um projeto em comum. Mas no início são sempre dois ou três protagonistas claramente identificados. Porque trazem outros conhecimentos, trazem outros contatos, sobretudo no contexto da União Europeia, onde ter acesso a fundos comunitários é muito importante. O fato de esses protagonistas terem essas redes – essas redes podem ser redes de universidades, ou podem ser redes europeias de autarquias, ou podem ser redes de ONGs que também são muito importantes. E por isso voltamos à questão de há pouco que é: a condição de êxito é ter vários protagonistas com perspectivas diferentes que aceitam trabalhar em conjunto para construir um projeto coletivo. O drama é que muitas vezes há um protagonista que é central, que mantém uma rede clientelar, e que não abandona essa visão clientelar. E portanto o projeto que ele pode estimular é um projeto condenado porque está demasiado dependente dele, dos seus amigos e das pessoas que dependem dele.

Agora, João, nas visitas que fiz às aldeias observei um pouco o seguinte: há momentos em que as aldeias têm um fluxo de turismo, mas são momentos de intermitência, associados àquela festividade, àquele evento tal, àquele grupo que vem de Israel para visitar Belmonte. Fora esses eventos, voltamos à aldeia vazia. Que tipo de dinâmica isso gera? Gostaria que fizesse um pouco um balanço desses programas de turismo e cultura.

Pois. Depende do tipo de atividades de que estamos a falar. Por exemplo, na região do Fundão. O Fundão é um grande produtor de cereja. A cereja é um produto muito valorizado do ponto de vista da exportação. Exporta-se para fazer por exemplo chocolate na Suíça, em França etc. Bom, o que é que aconteceu nesse caso? Nesse caso, por grande iniciativa do presidente da câmara – mas existem cooperativas agrícolas e empresas etc. – mas por grande iniciativa do poder público local, foi sendo desenvolvida uma série de festividades ligadas à restauração, mas também centradas na questão da cereja. Essas festividades são pontuais, mas passam a estar associadas a um setor produtivo. Isso faz toda a diferença. O problema é quando nós temos festividades que são pontuais e que não têm qualquer ligação com atividade produtiva.

Que são a grande maioria.

Sim, que são a grande maioria. Mas também há efeitos indiretos, como por exemplo os produtos artesanais. O queijo, o azeite, enfim, todos os tipos de produtos artesanais, e as festividades funcionam como vitrine desses produtos. E portanto há um efeito indireto que é: a partir do momento que eu conheço esses produtos, provavelmente vou consumi-los mais, e portanto há um efeito que se mantém para além daquele período da festividade. Mas é um efeito limitado.

Que turista cultural é esse que estará aparecendo nas aldeias? É uma pessoa jovem? É inglês, alemão, americano?

Bom, nós estamos a falar de coisas muito diferentes. Porque alguns têm públicos específicos. Por exemplo, as iniciativas ligadas com a presença

dos judeus em Portugal. Aí tem um nicho. E traz muitas pessoas dos Estados Unidos, Israel, aí tem um nicho como o caso de Belmonte. Mas vou dar exemplo de outros nichos. Há turismo rural que está organizado em rede, em Portugal e em outros países – por exemplo em Espanha – e que definem rotas. E essas rotas podem ser de tipo muito diferente, vou dar dois exemplos. Uma rota que é rota para clubes de ciclistas. Tem pistas especiais e algumas, por exemplo, são antigas linhas de caminhos de ferro que foram desativadas e transformadas em ciclopistas. Caminheiros na montanha, isto é um outro nicho e está organizado a nível mundial. Portanto há caminheiros de todo o mundo, ou ciclistas de todo o mundo, que ao longo do ano – e Portugal tem um bom clima durante quase todo o ano – vêm para Portugal para toda uma estrutura organizada para esse objetivo. Outro público muito diferente está ligado por exemplo com o património edificado. Há também rotas ligadas a determinados estilos arquitetónicos.

Como as rotas romanas?

Romanas e outras, para públicos relativamente focalizados.

A proposta de rota tem a ver com o trânsito entre lugares, com a mobilidade, e eu tenho observado que o apelo é que o turista venha a um local – porque é aí onde estão o comércio, os serviços e os recursos políticos locais. Então essa ideia de rota...

Sim, tudo depende do operador turístico, a questão é se a rota é vendida como um pacote ou não. Um exemplo concreto – porque eu fiquei surpreendido, não conhecia e fiquei surpreendido. Em Portugal existe uma rede que tem um turismo rural no Alentejo, outro na Beira, outro no Minho, e está ligado também com a Galícia. Essa rota é para ciclistas e é hiperespecializada, com características que só interessam aos ciclistas, não interessam a mais ninguém. Eles compram um pacote e estão três dias no Alentejo, três dias na Beira, três dias no Minho, três

dias na Galícia, onde está tudo organizado. Esse turismo rural, que se especializou nisso, tem uma taxa de ocupação de 90 % durante todo o ano. E não é ele que vende, ele trabalha com um operador turístico que muitas vezes é um operador turístico internacional, que é gerido pela net, que é internacional, que é global. Este operador turístico contacta depois estes atores locais, os organiza, determina regras, regras bastante específicas, e o dono do turismo local aceita essas regras – ele não tem que ter iniciativa de procurar o cliente – ele é contactado e é o operador que organiza tudo, a iniciativa e a organização não dependem tanto dos atores locais e regionais, mas da sua inserção em redes globais, e são essas redes globais que viabilizam a procura desse tipo de turismo.

Então a questão é como inserir a aldeia num circuito global?

Exatamente, exatamente, exatamente.

Você estava falando que há um retorno à discussão sobre a agricultura. Como volta essa discussão no contexto de crise atual?

Esta discussão volta, aqui na Europa, no contexto de um debate mais amplo. Há um debate que é global, mas que depois pode por qualquer razão ganhar uma amplitude grande na União Europeia. Há hoje uma grande discussão sobre soberania alimentar. “Os países têm que ser”, como nos anos 30 e 40, “mais independentes”. É a soberania alimentar e a soberania energética. A posição dominante é que os países têm que ser mais autônomos do ponto de vista alimentar.

Os países ou a Comunidade Europeia como um todo?

Os países. E depois esse discurso se estende ao nível das comunidades. Mas ao nível do país há um discurso sobre a soberania alimentar. Há outro discurso, ao lado deste, sobre segurança alimentar. Contra os produtos industrializados, a favor dos produtos biológicos. O discurso da soberania alimentar e o discurso da segurança alimentar encontram-se e são refor-

çados pelo fator crise, onde o cultivo é uma maneira de eu sobreviver tendo menos dinheiro. Portanto o discurso da soberania alimentar, o discurso da segurança alimentar e o efeito “crise” juntam-se. Socialmente isso é muito interessante – porque, até há três anos ou quatro, para a maior parte das pessoas a agricultura era sinônimo de subdesenvolvimento. E havia aquela visão dita moderna de que o progresso significava menos agricultura. Inclusive dizia-se “um país que tem 6% da população ativa na agricultura é um país subdesenvolvido. Se tem 3% é um país desenvolvido”. E isso pela primeira vez começou a ser questionado. Não há propriamente um regresso à agricultura. O que há é uma revalorização social da agricultura, que é uma coisa muito importante e que mudou radicalmente nos últimos três anos. Há cinco anos, não haveria com certeza estatísticas nos jornais a dizer: “nós somos autossuficientes nos produtos A, B ou C, somos quase autossuficientes e podemos ser mais noutros, e somos importadores líquidos de tal. E o objetivo é estarmos mais próximos dos 100% de produção nacional em determinados produtos”. Isso passou a ser uma meta.

Refere-se à agricultura para consumo doméstico?

Exatamente. Nós temos que produzir mais arroz, nós temos que produzir mais cereais, nós temos que produzir mais fruta, nós temos que produzir mais hortaliça, esse tipo de coisas. Todos os países da Europa têm agora o discurso da soberania alimentar, têm já há mais tempo o discurso da segurança alimentar e, como eu lhe disse, mais a questão da crise. E inclusive isso vê-se, e isso compreende-se, do ponto de vista social e do ponto de vista cultural. Não trabalhar na agricultura era visto como uma libertação: eu sou moderno, eu trabalho nos serviços, na indústria, eu indivíduo, eu comunidade e eu país já não trabalho na agricultura. E foi isso que mudou, a revalorização social e cultural da agricultura e, mais uma vez, por motivos completamente diferentes e com narrativas completamente diferentes. Porque a visão da soberania alimentar tem contornos um pouco nacionalistas; o discurso da quali-

dade alimentar é mais apoiado pelos movimentos ecologistas, as ONGs etc.; e a questão da crise não tem a ver nem com o discurso nacionalista nem com o discurso ecologista, é um outro discurso. Mas juntam-se todos e contribuem para revalorizar esta questão da agricultura.

O tema do despovoamento de aldeias, de territórios, é um fenómeno que existe também em outros países da Europa. Até que ponto esse tema começou a ser discutido nos marcos de uma política comum?

É preciso perceber que, com a entrada na União Europeia, o funcionamento em rede passou a ser um princípio e um objetivo generalizado. Porque tudo está desenhado assim, porque o projeto europeu pressupõe esta mobilidade e esta organização em rede. Por isso há o programa Erasmus, a mobilidade de estudantes. Mas a ideia de rede é muito importante e faz parte do projeto europeu. Redes de autarcas, redes de empresas, redes de universidades, redes de ONGs. Há instrumentos para todos funcionarem em rede, o que nós chamamos a europeização de determinados temas. E também há muito mais troca de informação. Os autarcas portugueses sabem o que é feito na Itália, em Inglaterra, na Alemanha e na Dinamarca, e circulam muito, circulam muitíssimo. O mesmo com as ONGs. Portanto o mundo está mais globalizado mas também está mais europeizado, no sentido de haver cada vez mais redes europeias e cada vez haver mais intercâmbio dentro do espaço europeu. É o que na academia nós chamamos de integração discursiva. Há uma integração discursiva e há uma troca de temáticas que leva a que todos digam o mesmo independentemente de serem portugueses, espanhóis ou dinamarqueses ou alemães.

E com relação aos territórios vazios?

Em relação a isso, nos últimos anos – eu acho que isso é interessante, é promissor e é o resultado deste processo que eu estava a dizer – em

Portugal deixou de se falar tanto de interior para se falar em territórios de baixa densidade. E a baixa densidade não é apenas demográfica, a baixa densidade é do ponto de vista institucional, do ponto de vista relacional... A ideia de interior estava muito ligada a duas coisas: subdesenvolvimento e isolamento geográfico. Ora, o problema hoje não é de subdesenvolvimento nem de isolamento geográfico, porque nós temos autoestradas por todo o país. O problema é de territórios de baixa densidade – demográfica, institucional, de competências etc. – como organizar nesses territórios processos de mudança, de inovação, de qualidade de vida, de criação de emprego que permita uma vida digna para as pessoas que aí estão e não a continuação da perda de população, o crescente envelhecimento.

Mas existem problemas comuns em torno a esses territórios despovoados?

Claro que existem, existem políticas pensadas para os chamados territórios de baixa densidade.

Que têm a ver sempre com questões agrícolas?

Não, não, não. Justamente não tem a ver somente com questões agrícolas. O ponto de partida não é agrícola, o ponto de partida é a tal visão multifuncional das áreas – não chamamos urbanas nem rurais, porque tem territórios de baixa densidade urbanos e rurais. Digamos que o discurso mainstream – que apesar de tudo é melhor que o anterior – é que os territórios de baixa densidade devem ser multifuncionais. Esta é a questão-chave.

Isso inclui as periferias urbanas?

Não. É uma visão integrada, é uma visão que integra o urbano e o rural, porque estes territórios de baixa densidade precisam de cidades porque as cidades no fundo são as alavancas porque concentram algumas

instituições, a dinâmica empresarial, universidades etc. que podem dinamizar o resto das áreas. Portanto desse ponto de vista é interessante, porque é integrada do ponto de vista setorial, é integrada do ponto de vista territorial. Abandona a visão setorial, do agrícola, da indústria e dos serviços, abandona a visão litoral-interior, abandona o rural e o urbano, quer dizer, ultrapassa essa visão dicotômica setorializada para ter uma visão mais integrada.

Aí teríamos territórios de baixa densidade e de alta densidade?

Nós não falamos tanto de territórios de alta densidade mas falamos de territórios de baixa densidade. E os territórios de baixa densidade, como eu estava a dizer, são urbanos, são rurais, são agrícolas ou não são agrícolas, não interessa. O grande problema é esse, têm uma baixa densidade; não apenas demográfica como eu disse, mas de protagonistas, de instituições etc. etc. Como é que nós podemos densificar esses territórios? Essa é a questão. Densificar não é aumentar a população, porque eles até podem perder mais população.

O que significa densificar nesse caso?

É um duplo movimento. Um movimento de concentração dentro dessas áreas, ter as cidades médias mais fortes, e um movimento de integração em redes globais. Eu posso ter globalmente menos pessoas e no entanto ter melhores condições se elas estiverem mais concentradas em lugares de qualidade e mais integradas em redes globais.

Outra questão que observei, em termos culturais, é o retorno de velhos temas, como o hippismo rural, mas com uma nova cara. Jovens que abandonam a vida urbana e vão para o campo agora com financiamentos dos fundos europeus.

É, a nível global e em Portugal também tem alguma presença. Por exemplo, um movimento – que é um movimento interessante – o movimento

da transição. *Transition movement* ou *transition towns*. Eu tenho um sobrinho que é um grande ativista desse movimento. São jovens, ele vivia em Lisboa, deixou Lisboa e faz agricultura com os amigos; as crianças não vão para a escola e estudam todos juntos – o que aconteceu nos anos 60. Mas depois juntam isso; o caso do meu sobrinho é muito interessante porque é paradigmático. Por exemplo, eles são contra a lógica do mercado e não vendem, mas trocam os produtos agrícolas. Mas como é que sobrevivem? Isso é que é interessante. É porque ao mesmo tempo eles, estes grupos, são professores de surf, e o surf em Portugal dinamiza cada vez mais pessoas. Portanto ele vive do surf porque tem alunos entre abril e outubro. E grande parte dos alunos são estrangeiros, são da Europa do Norte. Portanto isto é interessante, para ver como a globalização e a mobilidade introduzem novas lógicas.

Essas pessoas se localizam em alguma região em especial?

Talvez onde haja mais é no litoral alentejano. Começa sempre com estrangeiros. Estrangeiros que vieram para cá, muitas vezes, por exemplo, holandeses ou alemães ou dinamarqueses com subsídio de desemprego, jovens que vinham para Portugal. E o subsídio de desemprego dá-lhes para viver em Portugal, e então começam a fazer essas atividades, começam a envolver portugueses, começam a disseminar aquele tipo de perspectiva, e depois começam a haver outras. Mas lá está, esta complementaridade é muito interessante e antes não seria possível, porque nós temos sempre esta componente global que vem viabilizar lógicas que por si só e de forma isolada nunca poderiam sobreviver.

E esse tipo de experiência está adquirindo alguma dimensão?

Para ver como o mundo é pequeno, tenho uma colega minha que foi dar aulas na Universidade Laval no Québec e encontrou uns canadianos que vinham fazer surf para Portugal. Bom, conheciam os meus sobrinhos! Isto para mostrar como o mundo é global, portanto isso é importante

por quê? Porque as pessoas estabelecem redes que são muito úteis para muitas coisas. E estas redes de fato são muito diferentes, porque há redes completamente alternativas, há redes *mainstream*, há redes muito especializadas, há redes de todo o tipo. E isto permite um mundo mais diversificado, mais multifacetado, e sobretudo eu acho que a questão é mesmo esta – a propósito da baixa densidade. Ou os atores destes vários territórios estão integrados nestas redes ou então não têm nenhuma possibilidade de sobrevivência.

Agora, voltando ao tema das aldeias. Existem políticas de integração com aldeias de outros países da Comunidade Europeia, como em Espanha, por exemplo?

Há algumas. Há um programa chamado *Interreg Europe*, que é um programa europeu de colaboração entre regiões, que tem uma componente que é a de colaboração entre regiões transfronteiriças. Porque a União Europeia tinha a grande preocupação de esbater o efeito de fronteira. As fronteiras entre países são muito fortes e então um dos primeiros objetivos da União Europeia é esbater aquilo que foi uma barreira. E transformar uma barreira num ponto de aproximação. Portanto há muito apoio para iniciativas em cooperação com atores dos dois lados da fronteira. Depois, quando o programa desaparece, muitas iniciativas morrem mas outras mantêm-se, e isso é que é o interessante. Toda a Beira Interior tem contatos com a Estremadura, que é a parte espanhola, programas comuns, e isso é importante porque aumenta a mobilidade entre Portugal e Espanha, e por outro lado aquelas redes ganham maior dimensão e maior capacidade de se integrar em outras redes globais.

As universidades estão inseridas nesses projetos?

Um dos administradores da Calouste Gulbenkian uma vez disse uma frase que retrata muito bem o que é Portugal. Dizia assim: “O Portugal dos colóquios é bom em qualquer sítio do mundo. O problema são

as ações para o que acontece no resto do país”. E isso é típico de um país subdesenvolvido, que tem uma elite boa, mas depois é aquilo que tu estavas a dizer, quem são os protagonistas locais? Por isso é que eu abandonei, e já me posso dar ao luxo disso, abandonei as conferências internacionais, não me interessa nada disso. O que me interessa é este contato com o país, porque esta elite intelectual descolou completamente do país. É como eu digo, eu tenho alguns colegas que conhecem melhor Oxford e Stanford do que Belmonte, nunca foram a Belmonte, nem sabem onde é que fica Belmonte! E sabem tudo sobre Stanford e Cambridge e Oxford.

Uma outra visão de universidade, no sentido de um comprometimento social.

Exatamente. Antes de mais, conhecer o país. A maior parte dos intelectuais portugueses e sobretudo dos dirigentes políticos não conhece verdadeiramente o país.

Sobre os entrevistados

O professor **João Ferrão** é geógrafo, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais e do Conselho dos Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi secretário de Estado de Ordenamento do Território e das Cidades durante o período 2005-2009, membro do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Foi também coordenador nacional de diversos projetos e redes de investigação internacionais no âmbito da Comissão Europeia e da OCDE, e coordenou diversos estudos de avaliação de políticas públicas em territórios de baixa densidade para o governo português. É pró-reitor da Universidade de Lisboa para a sociedade e comunidades locais. Entre seus livros mais recentes estão: *O ordenamento do território como política pública* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014); e *Noroeste global* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014).

O professor **João José Manuel Sobral** é antropólogo e historiador, investigador principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi membro da equipa de investigação do *Atlas linguístico da Europa* e do *Atlas linguístico e etnográfico de Portugal e da Galiza* (1975-1977), no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Desde os anos 1990 vem analisando os processos envolvidos nas políticas do património e na formação da identidade nacional portuguesa. Seu livro mais recente é *Food between the Country and the City: Ethnographies of a Changing Global Foodscape* (Londres: Bloomsbury, 2014).